

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 10 | edição nº 3 | 2021

*O legado colonial japonês e suas
atuais implicações políticas no
estreito de Taiwan*

Ben Lian Deng

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

O LEGADO COLONIAL JAPONÊS E SUAS ATUAIS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS NO ESTREITO DE TAIWAN

Ben Lian Deng¹

Resumo: Embora a maior parte da população de Taiwan seja descendente de colonos chineses que imigram para a ilha entre os séculos XVII e XIX, os movimentos de independência de Taiwan se recusam a aceitar a unificação com a China, que desde a sua fundação em 1949 reivindica Taiwan como seu próprio território, e insistem em designar Taiwan como uma entidade política separada e independente da China. No entanto, a existência desses movimentos é relativamente recente e ocorreu partir de meados do século XX, após o fim dos cinquenta anos da colonização japonesa em 1945. O presente artigo tem o objetivo de analisar como a experiência colonial e pós-colonial japonesa tiveram o papel fundamental para a mudança da percepção de identidade nacional em Taiwan, atualmente a principal fonte de tensões nas relações com a China. O artigo conclui que os cinquenta anos de colonização japonesa e a violenta repressão chinesa no período pós-guerra, foram essenciais para a formação da identidade nacional taiwanesa distinta da chinesa e para o surgimento dos movimentos de independência de Taiwan.

Palavras-chave: Taiwan, Colonização Japonesa, Independência.

THE JAPANESE COLONIAL LEGACY AND ITS CURRENT POLITICAL IMPLICATIONS IN THE TAIWAN STRAIT

Abstract: Although the majority of Taiwan's population is descended from Chinese settlers who immigrated to the island between the 17th and 19th centuries, the Taiwanese independence movements refuse to accept unification with China, that since its founding in 1949 has claimed Taiwan as its own territory, and insist on designating Taiwan as a separate independent political entity from China. However, the existence of these independence movements is relatively new and begun in the mid-twentieth century, after the end of the fiftieth year of Japanese colonization in 1945. This article aims to analyse how the Japanese colonial and post-colonial experience played an important role in changing the perception of national identity in Taiwan, and currently is the main source of tension in relations with China. The article concludes that the fifty years of Japanese colonization and the violent Chinese repression in the post-war period were essential for the formation of a Taiwanese national identity distinct from the Chinese one and for the emergence of the Taiwanese independence movements.

Keywords: Taiwan, Japanese Colonization, Independence.

¹ Formado em Economia pela UFRJ (2012), mestre em Economia Política Internacional pela UFRJ (2019) e doutorando em Economia Política Internacional pela UFRJ. Áreas de interesse: Economia Política Internacional, Taiwan e China (Ásia em geral), Economia, Comércio e Finanças Internacional, e Organizações Multilaterais de Comércio e Financeiro. Email: berrdaz@gmail.com

I. INTRODUÇÃO

A relação entre Taiwan e Japão, entre uma ex-colônia e sua ex-metrópole, é um caso único nas relações internacionais na Ásia oriental. De acordo com a Taiwanese Public Opinion Foundation, em 2018, 84,6% dos taiwaneses possuíam uma visão favorável em relação ao Japão, percentual muito superior a opinião pública de outros territórios ocupados pelo Japão no século passado, como o da Coreia do Sul (22%) e da China (8%). Além da forte influência da cultura pop, o legado colonial influenciou na percepção positiva em relação ao Japão, fator que ocasionou alguns episódios recentes, como o ocorrido após o terremoto de 2011 no Japão, quando Taiwan doou 165 milhões de dólares ao Japão, entre doações privadas e governamentais, valor superior às doações recebidas dos Estados Unidos (EUA), Coreia e China somadas juntos (CHINA, 2019). Tal percepção positiva em relação ao Japão tem profundos impactos sobre o cenário político atual em Taiwan.

Durante as eleições municipais para a prefeitura de Taipé em 2015, o então pai do candidato Lien Sheng-wen (連勝文) do partido Kuomintang (KMT, Partido Nacionalista Chinês), o ex-presidente do KMT Lien Chan (連戰) insultou o candidato concorrente Ko Wen-je (柯文哲), que liderava as pesquisas eleitorais de “bastardo” (混蛋), acusando-o de ser moralmente comprometido pelo fato da família de Ko ter sido “servo da administração colonial japonesa” (做日本官), vindo, portanto, de uma família “imperializada”, e o intitulado, em tom pejorativo, pelo sobrenome japonês “Aoyama” (青山), nome adotado pela família de Ko durante o período. Enquanto a ala mais conservadora do KMT passou a chamá-lo de “traidor da raça chinesa” (漢奸) e “cachorro de imperialista” (走狗) (LTN, 2014a). Em resposta, Ko argumentou: “não foi erro dele, meu avô nasceu japonês”² (LTN, 2014b). Posteriormente, Ko ainda declarou que “the longer the colonization, the more advanced a place is” (KO, 2015).

A controvérsia acerca do legado colonial japonês não se limitava apenas à política doméstica, como também nas relações com a RPC, que reivindica Taiwan como parte de seu território. Em 1994, o então presidente Lee Teng-hui (李登輝), o primeiro taiwanês nativo presidente da República da China (RC, também conhecido como Taiwan), que já havia servido ao exército imperial japonês e adotado o nome japonês de Iwasato Masao (岩里政男), em uma entrevista intitulada de “A tristeza por ser taiwanês”³, rechaçou a pressão da RPC por

² “不是他的錯，我祖父出生就是日本人” (LTN, 2014b).

³ “生為台灣人的悲哀” (LEE, 1994).

unificação, contestou a legitimidade da autoridade do KMT em Taiwan, afirmando que “até o regime do KMT é estrangeiro”⁴ e se comparou a Moisés (Êxodo) no objetivo de “libertar” o povo de Taiwan (LEE, 1994). Essas declarações foi um dos fatores determinantes que resultaram na Terceira Crise do Estreito de Taiwan (1995-1996). Após deixar a presidência em 2000, Lee passou a abertamente advogar a independência *de jure* e apoiar diversas posições políticas conservadoras do Japão, como em relação às ilhas Senkaku e ao templo Yasukuni (靖國), negou a existência do Massacre de Nanquim e das “mulheres de conforto”, e denominou o Japão como “pátria mãe” (祖國). (LTN, 2015).

Enquanto em 2004, o jornal “Diário do Povo” da RPC publicou um editorial intitulado “‘Empresários Verdes’ não são bem-vindos a China continental”⁵⁶ contra o empresário taiwanês Hsu Wen-lung (許文龍), que apoiou a reeleição de Chen Shui-bian (陳水扁), candidato do pró independência do Democratic Progressive Party (DPP, 民進黨), acusando-o de fazer fortuna na China continental para financiar atividades pró independência em Taiwan, afirmando que “ele normalmente não fala a língua comum [mandarim], ao invés, [ele] gosta de se comunicar em taiwanês e japonês”⁷, além de destacar algumas opiniões pessoais de Hsu, como o fato dele considerar os chineses como invasores de Taiwan e de defender o Japão em relação ao caso das “mulheres de conforto” durante a segunda guerra (PD, 2004). Após o editorial, o governo da RPC iniciou uma série de retaliações políticas contra os negócios que Hsu mantinha no China, forçando-o a romper o apoio ao governo Chen (PD, 2005).

O legado japonês influenciou até mesmo o surgimento recente de alguns pequenos grupos de reputação questionável⁸ que defendem a restauração da soberania de Taiwan ao Japão. O “Taiwan Civil Government” fundado por Roger Lin (林志昇) em 2008. De acordo com Lin, o Tratado de Paz de São Francisco (1951) não especificou a soberania de Taiwan após o fim da segunda guerra, e esse seria ainda legalmente território japonês. Os EUA seriam obrigados, portanto, a exercer a sua autoridade de potência vencedora, de ocupar militarmente Taiwan até a normalização do status político. Enquanto o “Re-establishing Government of

⁴ “就算是國民黨也是外來政權呀” (LEE, 1994).

⁵ “大陸不歡迎‘綠色台商’” (PD, 2004).

⁶ O termo “verde” do título do editorial faz alusão a cor do Democratic Progressive Party (DPP), o principal partido pró independência *de jure* de Taiwan, cuja bandeira é verde e branca.

⁷ “他平時不願意說普通話，而是喜歡用台灣地方話或日語與人交流” (PD, 2004).

⁸ Ambas as organizações são acusadas de prática fraudulentas, como cobrança de doações, taxas de filiação e anuidade, seminários e venda de “registro de identidade”, sob promessas de que os investimentos seriam recompensados futuramente após a normalização do status de Taiwan. Ambas as organizações foram processadas criminalmente pelo governo de Taiwan.

Japan Empire”, uma organização fundada por Selig Tsai (蔡世能) em 2014, autoproclamado o “Plenipotenciário Primeiro-Ministro do Império do Japão”, denuncia, em nome do imperador do Japão, a ilegalidade da dissolução do império pela potência vencedora, os EUA. Em vista disto, a organização de Tsai demanda a restauração do império e de Taiwan a ele.

A origem e a influência da colonização japonesa sobre os atuais movimentos de independência de Taiwan ainda são pouco compreendidas pelo Partido Comunista Chinês (PCC), ocasionando diversos equívocos de análise de conjuntura política local e de elaboração de políticas relacionados a Taiwan. Historicamente, a narrativa do PCC em relação a Taiwan associa a “Questão de Taiwan” (臺灣問題) ao mero resultado do fim da guerra civil chinesa de 1949 e a intervenção americana durante a guerra fria. A emergência de movimentos pró independência *de jure* é então associada meramente a uma “minoria secessionistas” (極少數台獨分子) amparado por um “conluio com forças estrangeiras” (外部勢力干涉) (CCTV, 2020; TAO, 1993).

Recentemente, o legado colonial passou a ser observado como um dos fatores determinantes que impedem a “reunificação pacífica”. Em 2019, Long Mingbiao (龍明彪), vice-diretor da Taiwan Affairs Office da RPC, durante um simpósio sobre história da “resistência da guerra anti-japonesa” criticou as “forças de independência de Taiwan” do DPP por promoverem não só políticas de “de-sinização” (“去中國化”), como também “romantizarem a administração colonial japonesa”⁹ em Taiwan (LONG, 2019). Em 2021, Victor Gao (高志凱), ex-intérprete do ex-líder do PCC Deng Xiaoping (鄧小平) e atual vice-presidente da Center for China and Globalization ligado ao PPC equivocadamente declarou “10% dos 23 milhões de taiwaneses são, na verdade, descendentes de japoneses [que ocuparam Taiwan até 1945]. E a maioria dos separatistas estão entre eles. Quando tivermos recuperado Taiwan, perguntaremos a ancestralidade de todos. Aqueles que tiverem ascendência japonesa terão que jurar apoio incondicional a reunificação. Caso contrário, teremos que ajudá-los a se retirar”.

Com o objetivo de analisar como o legado colonial japonês e a experiência do pós-guerra influenciaram na formação no atual cenário político de Taiwan, este trabalho está dividido em seis seções, incluindo a introdução e a conclusão. Na primeira parte serão analisados os primeiros anos da administração colonial japonesa Taiwan entre 1895 e 1918. Na segunda parte, o segundo período colonial, entre 1918 e 1936, e a emergência da elite intelectual

⁹ “美化日本殖民統治” (LONG, 2019)

japonesa. A terceira parte consiste em uma análise do período da guerra, entre 1937 e 1945, e as tentativas de assimilação. Na quarta e última seção será analisada a experiência do pós-guerra, após o “retrocesso” de Taiwan para China.

II. TAIWAN E O IDEAL COLONIAL (1895-1918)

Estrategicamente localizada na borda do pacífico oeste, entre o arquipélago de Ryukyu e a ilha de Luzon, e na costa da China continental, Taiwan era habitado por aborígenes polinésios que permaneceram isolados do contato de outros povos até o século XVI, quando passou a receber imigração espontânea de um pequeno número de colonos oriundos de Fujian. Entre os séculos XVII e XIX, Taiwan foi ocupada pela Holanda (1624-1662), Reino de Koxinga (1662-1683) e Manchus/Qing (1683-1895). Durante esse período, a imigração de colonos chineses das subetnias *Minnan* (閩南) oriundos do sul de Fujian (福建) e *Hakka* (客家) do norte de Guangdong (廣東) aumentou rapidamente, especialmente durante o século XIX. Ao final do século XIX, diversas potências imperialistas passaram a demonstrar interesse em Taiwan, devido à relação bastante tênue entre Taiwan e o resto do império Qing, especialmente países como a França, Estados Unidos e Japão (TSAI, 2009).

O interesse japonês sobre Taiwan data desde o século XVI. Ao final do século XVI e começo do século XVII, o Japão, em algumas oportunidades, tentou estabelecer controle sobre Taiwan, como através das tentativas de Harada Magoshichiro (原田孫七郎) de estabelecer relações tributárias com os aborígenes de Taiwan em 1593, e as expedições de Arima Harunobu (有馬晴信), em 1609, e Maruyama Toan (村山等安), em 1616 (HUANG et al., 2002, p. 37-38). Durante esse período, pequenos grupos de colonos japoneses se estabeleceram em Taiwan, concomitantemente à ocupação chinesa, em menor número, sendo posteriormente expulsos em 1628 durante a ocupação holandesa (CAMPBELL, 1903, p. 37-52). Em 1874, o Japão realizou uma expedição punitiva a Taiwan após o império Qing ter se recusado a pagar indenizações ao Japão depois que duas embarcações, oriundas do Reino de Ryukyu, reivindicado pelo Japão como seu próprio território, terem naufragado na costa de Taiwan e os sobreviventes terem sido massacrados por aborígenes em 1871 (TAKEKOSHI e GOTO, 1907, p. 76).

As pretensões japonesas seriam finalmente alcançadas em 1895. Após a vitória na guerra sobre o império Qing (1894-1895), Taiwan foi requisitada e cedida ao Japão, de acordo com o tratado de paz de Shimonoseki (下關條約). Em reação à assinatura do tratado, elites locais lideradas por Chiu Feng-chia (丘逢甲), apoiadas por veteranos da guerra sino-francesa

como Tang Ching-sung (唐景崧) e Liu Yung-fu (劉永福), declaram a independência de Taiwan e a proclamação da pró-Qing “República de Formosa” (臺灣民主國), formando resistência armada contra a ocupação japonesa, resistindo de maio até outubro de 1895, no que se deu o completo controle militar japonês sobre Taiwan (ITO, 1994, p. 59-67).

Segundo Chen (1977), a anexação de Taiwan foi motivada pela importância geoestratégica de Taiwan, essencial não só para assegurar a segurança do sul do Japão, mas também para as futuras pretensões expansionista japonesa para o sul da China e para o sudeste asiático, e evitar o risco iminente da anexação de Taiwan por outras potências imperialistas, como a França. Ademais, os anseios das lideranças políticas japonesas como do primeiro-ministro Ito Hirobumi (伊藤博文) e do ministro das relações exteriores Mutsu Munemitsu (陸奥宗光) em elevar o status do Japão para um patamar similar ao das potências imperialistas ocidentais, também influenciaram na anexação. No ponto de vista de Ito, a anexação de Taiwan era equivalente simbolicamente a anexação da Alsácia-Lorena pela Prússia em 1871, em termos de consolidação da posição do Japão como potência internacional.

A fim de amenizar a resistência local contra a administração colonial, logo após a oficialização da cessão de Taiwan para o Japão em 1895, foi dada aos residentes chineses a opção de escolha de nacionalidade, na qual teriam o direito de dois anos para decidir se aceitariam a adotar a nacionalidade japonesa, legitimando o governo colonial, ou se venderiam todas as suas propriedades ao governo colonial e seriam deportados à China continental, opção essa que teve pouca aderência popular. (ITO, 1994, p. 74-80).

No entanto, durante os primeiros anos de administração colonial, os três primeiros governadores militares Kabayama Sukenori (樺山資紀), Katsura Taro (桂太郎), e Nogi Maresuke (乃木希典), tiveram dificuldades de impor a administração colonial devido à contínua dificuldade de subjugar milícias rebeldes, e da resistência da população local em reconhecer a nova autoridade colonial. Ademais, a baixa rentabilidade da colônia, dificuldades de comunicação e os altos gastos militares de ocupação resultavam em contínuos déficits (TAKEKOSHI e GOTO, 1906, p. 92-101). Em decorrência desse fato, em 1897 o governo imperial chegou a cogitar a venda de Taiwan para a França por 100 milhões de ienes (ITO, 1994, p. 69-72). As dificuldades administrativas prosseguiram até a nomeação do general Kodama Gentaro (兒玉源太郎) como governador geral em 1898.

Um dos grandes diferenciais do governo Kodama em relação aos seus predecessores foi a separação da administração militar da civil, através da criação do cargo de governador civil, que durante o governo Kodama foi ocupado por Goto Shinpei (後藤新平). Goto, médico de

formação, instituiu a teoria da “administração colonial baseados nos princípios biológicos”. De acordo com esse princípio, as medidas tomadas pela administração colonial passaram por rigorosas etapas, desde a análise científica e compreensão dos valores locais, até a adaptação e implementação gradual das políticas, ao invés de uma implementação repentina das leis japonesas, (ITO, 1994, p. 67-70; TSAI, 2009, p. 135-136). A preocupação da administração colonial em relação a estabilidade sociopolítica foi notória durante os primeiros anos de colonização japonesa.

A fim de garantir o apoio e cooptar lideranças locais, a política de concessão de privilégios desde a cessão simples de cargos administrativos de baixo escalão, títulos simbólicos e remuneração financeira, até a incorporação de elites locais na aristocracia japonesa, através da nomeação para a “Câmara dos Pares”¹⁰ (*Kizoku'in*, 貴族院) e concessões de vantagens econômicas, como direitos de exploração de monopólios (KERR, 1975, p. 73-74; LAI et al., 1991, p. 16; TSAI, 2009, p. 137-138).

Com o intuito de impor a autoridade colonial, foi instituído um forte aparato de vigilância e controle social através da imposição do impopular sistema *Hoko* (保甲, *Baojia*¹¹), “responsabilidade mútua”, no qual delegava responsabilidades para as comunidades, o cumprimento das leis e ordem dentro dos seus perímetros, sob a pena de punição à comunidade inteira em caso de violação. Ao mesmo tempo, as políticas de repressões violentas contra as milícias pró-Qing foram mantidas, mas que, no entanto, também ofereciam anistia aos rebelados e até emprego àqueles que se rendessem e aceitassem a autoridade colonial (ITO, 1994, p. 72; KEER, 1975, p. 58-68).

Devido ao temor de resistência local, diversas políticas públicas foram adaptadas para agradar a sociedade colonial, como foi o caso do sistema educacional. Durante as primeiras décadas de governo, diferentemente dos alunos japoneses étnicos que frequentavam as *shogakko* (小學校), escolas primárias similares ao padrão educacional do resto do Japão, a requisição da presença para alunos chineses étnicos nas *kogakko* (公學校) - as escolas primárias voltadas para esse grupo - não era obrigatória e inúmeras matérias, como o ensino de chinês e dos clássicos do Confúcio, foram adicionadas ao currículo afim de torná-las mais atrativas para a população local (TSURUMI, 1977).

Durante esse período o investimento sobre o setor produtivo colonial também foi notório. O estabelecimento de monopólios em diversos setores da economia, como álcool,

¹⁰ Equivalente ao House of Lords da Inglaterra.

¹¹ Pronúncia em chinês.

tabaco e canfora, além da reforma fundiária, possibilitaram o aumento da arrecadação tributária, que era revertida em investimento doméstico, especialmente em infraestrutura de transporte e comunicação. Além disso, investimentos no setor agrário possibilitaram o aumento significativo da produção de excedente, como arroz e açúcar. Os investimentos em saúde e saneamento básico auxiliaram, não só no aumento da produtividade do trabalho, tal como promoveu o aumento do bem-estar geral da população da colônia (ITO, 1994, p. 75-79; TSAI, 2009, p. 138-144).

O sucesso da subjugação da população étnica chinesa foi acompanhado também de grandes esforços da administração colonial para subjugar territórios aborígenes do centro-leste que permaneciam isolados do contato externo, especialmente durante o governo de Sakuma Samata (佐久間左馬太, 1906-1915) (KERR, 1965, p. 95-112). Ademais, foram feitos esforços para “humanizar” e assimilar essas tribos, até então denominadas como “*banjin*” (蕃人), derivado do chinês “*fanren*” (selvagem). Após a visita do então príncipe regente Hirohito à Taiwan em 1923, os aborígenes foram renomeados como povo *Takasago* (高砂), em referência a um nome japonês arcaico para Taiwan (ITO, 1994, p. 80-81).

Embora os enormes progressos socioeconômicos ocorridos durante o período tenham reduzido substancialmente a resistência da população contra o império, a sociedade colonial era extremamente segregada entre os *hontojin* (本島人, “ilhéus”), que compunham os chineses étnicos, e aborígenes, discriminados na sociedade colonial, e os *naichijin* (内地人), os japoneses *de facto*, que detinham o poder político colonial. Dadas as enormes diferenças étnicas-culturais entre a população local e os japoneses, a exacerbada hostilidade inicial contra a autoridade colonial e a distância considerável em relação ao Japão próprio, o governo japonês delegou ao governador geral de Taiwan amplos poderes, não só executivo, mas como militar, legislativo e judiciário, podendo executar ações arbitrariamente sem prévia consulta à Tóquio (CHEN, 1972, p. 482; ITO, 1994, p. 63-66).

Durante o período, os principais cargos da administração colonial eram reservados aos japoneses étnicos, fato que limitava a mobilidade social dos ilhéus, que permaneciam inseridos na base da pirâmide social, dedicados especialmente às atividades de agrícolas. O modelo segregatório foi mantido até o fim do governo Akashi Motojiro (明石元二郎) em 1918 (ITO, 1994, p. 71-72; TSAI, 2009, p. 138-144; TSURUMI, 1979, p. 625-630).

III. A ASSIMILAÇÃO E A RESISTÊNCIA (1919-1936)

Embora o modelo de administração colonial desenvolvida por Goto tenha sido bem-sucedido, no final da década de 10 esse modelo passou a ser questionado. Diversos fatores influenciaram para a mudança dessa percepção, como: o aumento considerável de estudantes de Taiwan na metrópole; a ascensão do KMT ao poder na China continental em 1912 e dos bolcheviques na Rússia em 1917; o surgimento do ideal de autodeterminação propagado por Woodrow Wilson após o fim da primeira guerra; e o movimento primeiro de março contra a colonização japonesa na Coréia em 1919. Ademais, a ascensão política dos partidos liberais, em detrimento da decadência da antiga oligarquia militarista, e a consolidação do parlamentarismo no Japão levou o reinado do imperador Yoshihito (1912-1926) a ser conhecido como o período da “Democracia Taisho”. Como consequência, grupos políticos locais e japoneses, passaram a rejeitar o sistema colonial.

Em 1896, após a anexação de Taiwan, o liberal Hara Takashi (原敬), o então vice-secretário de relações exteriores, havia advogado a assimilação de Taiwan, como uma extensão da pátria, similarmente ao modelo francês na Argélia, em contraposição das ideias de Goto de colonização. Após assumir o cargo de primeiro-ministro em 1918, o primeiro civil a ocupar o cargo de primeiro-ministro do Japão, Hara pela primeira vez nomeou um civil para o cargo de governador geral de Taiwan, Den Kenjiro (田健治郎). Após assumir o cargo, Den declarou que um dos seus principais objetivos era assimilar a população local e torná-la parte integral do Japão (TSAI, 2009, p. 144). A nomeação de Den iniciou o período histórico em Taiwan conhecido como o período *Doka* (同化, “assimilação”) (1919-1936).

Até 1921, o governador geral detinha amplos poderes legislativos, podendo assim decretar leis sem a necessidade da aprovação prévia de Tóquio, fato amplamente criticado pelas elites locais. Entretanto, a partir do decreto da “Lei Nº 3” (法三號), as mesmas leis japonesas passariam a ser válidas também em Taiwan, a princípio, e o governador só poderia exercer o poder legislativo caso não existisse qualquer lei japonesa referente a tal situação ou na impossibilidade de sua execução em Taiwan (ITO, 1994, p. 83-85). Além disso, durante o período *Doka* houve campanhas para encorajar o uso da língua japonesa, a expansão do sistema de ensino público japonês através das *kogakko*, estabelecimento de escolas vocacionais, e posteriormente a criação da Universidade Imperial de Taihoku (台北帝國大學校) (TSAI, 2009, p. 144-148).

Durante esse período a produtividade econômica de Taiwan continuou a crescer aceleradamente, devido aos persistentes investimentos da metrópole sobre a infraestrutura local na modernização da agricultura, o estabelecimento de indústrias em Taiwan, resultando em

importantes projetos de irrigação e energia, como a construção da hidroelétrica de *Nichigetsutan* (日月潭, *Riyuetan*), (ITO, 1994, p. 103-106). Taiwan, que era extremamente dependente de subsídios do Tóquio nos primeiros anos da administração colonial, passou não só se tornar independente financeiramente a partir de 1905, mas também gerar excedentes suficientes para financiar o governo imperial, recursos que foram importantes para a colonização da Coréia e a posterior expansão japonesa pela Manchúria (MURAOKA, 2002: 227-230). Em 1937, Taiwan já possuía o dobro da renda per capita da China (LAI et al., 1991, p. 26)

Apesar dos esforços da administração colonial de assimilar a população local, não houve políticas efetivas por parte do governo geral para acabar com as discriminações raciais, assim os privilégios dos japoneses étnicos persistiram. A não inclusão dos ilhéus na administração colonial resultava no grande descontentamento da emergente classe média, a qual grande parte havia sido educada na própria metrópole e passou a demandar autonomia em relação a Tóquio, reformas administrativas e judiciais, realizações de eleições locais e liberdade de imprensa. Como resultado, inúmeros movimentos políticos e culturais que demandavam autonomia e inclusão na administração colonial passaram a surgir, como a “Associação Taiwanesa de Assimilação”¹² em 1914, a “Nova Sociedade do Povo”¹³ em 1918, a “Sociedade Cultural de Taiwan”¹⁴ em 1920, a “Liga para o Estabelecimento do Parlamento de Taiwan”¹⁵ em 1924, o “Partido Popular de Taiwan”¹⁶ em 1927 e a “Liga para a Obtenção da Autonomia Local de Taiwan”¹⁷. Além também do Partido Comunista de Taiwan fundado em 1924, em Shanghai (CHEN, 1972, p. 477-478, 215-243; LAI; MYERS; WOU, 1992, p. 24-25; TSURUMI, 1979, p. 630-631).

Durante esse período, influentes membros da elite intelectual local participaram dos movimentos, como Chiang Wei-shui (蔣渭水), Tsai Pei-huo (蔡培火), Lin Hsien-tang (林獻堂). As petições para o estabelecimento do parlamento de Taiwan também foram apoiadas por alguns influentes políticos japoneses, como o liberal Itagaki Taisuke (板垣退助), grande entusiasta do ideal pan-asianismo, que acreditava no relevante papel de Taiwan de servir como “ponte” entre a China e o Japão (CHEN, 1972, p. 486; ITO, 1994, p. 94-97). No entanto, apesar

¹² 臺灣同化會 (*Taiwan Doka Kai*)

¹³ 新民會 (*Shinminkai*)

¹⁴ 臺灣文協會 (*Taiwan Bunka Kyokai*)

¹⁵ 臺灣議會期成同盟 (*Taiwan Gikai Kisei Domei*)

¹⁶ 臺灣民主黨 (*Taiwan Minshuto*)

¹⁷ 臺灣地方自治期成同盟 (*Taiwan Chihojichi Kisei Domei*)

dos esforços da elite intelectual local, as tentativas de promover a maior participação na administração colonial foram amplamente reprimidas. Embora não fossem em si ilegais, elas foram criminalizadas sob o argumento de que equivaliam *de facto* a uma demanda por independência, o que levaria Taiwan a um status similar ao da Austrália e do Canadá em relação ao Reino Unido. A ideia de outro corpo legislativo fora da Dieta Imperial (帝国議会, *Teikoku Gikai*) era inconcebível (TSURUMI, 1979, p. 630-634).

Embora os movimentos pró autonomia sejam caracterizados por possuírem algum nível de consciência chinesa, a China não teve qualquer influência sobre eles, enquanto os liberais japoneses, por sua vez, tiveram bem mais. Segundo Chen (1972, p. 496), o certo nível de isolamento de Taiwan, tanto geográfico, quanto por causa da censura e a persistente instabilidade política na China continental possivelmente influenciaram no pouco contato entre os movimentos nacionalista na China e os de Taiwan. Quando Lin Hsien-tang conseguiu entrar em contato com proeminentes políticos chineses, como Liang Chi-chao (梁啟超) e Tai Chi-tao (戴季陶), os próprios afirmaram a Lin para que não contassem com a interferência da China em Taiwan.

Ademais, conforme Chen (1972, p. 495; 1984, p. 253, 256) destaca, o caráter antiviolença desses movimentos, que buscavam atingir seus objetivos de forma legal, diferentemente do caso coreano que buscava a independência por vários meios violentos, inclusive terrorismo. O caráter pacífico do movimento possibilitou que em 1921 houvesse a promulgação da “Lei nº3”, que estendia as leis do Japão próprio para Taiwan. De fato, houve um movimento tentando levar a integração legal de Taiwan ao resto do império. Na percepção imperial, as eleições para representantes do legislativo em Taiwan eram plausíveis a médio prazo, desde que fossem para a Dieta Imperial, mas que dependeriam do nível de assimilação cultural japonesa para ser executado. Em 1935 as primeiras eleições locais foram realizadas.

No entanto, a preocupação em relação à igualdade racial, que poderia comprometer o status dos japoneses étnicos residentes em Taiwan, foi outro fator decisivo para a oposição da administração colonial a estes movimentos (CHEN, 1972, p. 480-481). Apesar dos esforços do governo colonial em expandir o sistema de ensino japonês, a discriminação contra os alunos ilheús permanecia (TSURUMI, 1979, p. 621-622). Não obstante, o período *Doka* não teve o efeito esperado; a população ilhoa alfabetizada em japonês passou de 2,86%, em 1920, para apenas 12,36%, em 1930 (TSAI, 2009, p. 147-148).

IV. A IMPERIALIZAÇÃO (1937-1945)

A política imperial em relação a Taiwan iria mudar drasticamente a partir da década de 30 em decorrência do expansionismo japonês pelo continente asiático. A crescente insatisfação de setores nacionalistas, que passaram a acusar os liberais de se submeterem às potências ocidentais, como a adesão do Japão à Conferência de Washington (1922), e a crescente instabilidade econômica desde o fim da primeira guerra mundial, agravada pela crise de 1929, favoreceram a ascensão dos militares nacionalistas ao poder. Em decorrência disso, o expansionismo japonês sobre o continente asiático passou a ser visto como necessário para reverter o declínio do país. Após o Incidente de Mukden (1931), que levou ao estabelecimento do Manchukuo (1932) na Manchúria, e a retirada do Japão da Liga das Nações (1933), o Japão lançou uma invasão total à China (1937), deflagrando o início da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945). Diante da necessidade de mobilização nacional para esforços os patrióticos de guerra, o modelo colonial em Taiwan passou a não ser mais sustentável.

Diante da iminente guerra entre a China e o Japão, em 1936 o governo japonês lançou o movimento *Kominka* (皇民化), um plano de mobilização nacional que consistia em políticas não só de assimilar a população, mas também de integrá-la completamente à sociedade japonesa para a mobilização nacional voltada ao esforço patriótico de guerra. Diferentemente da política *Doka* (1919-1936), que propunha assimilar a população taiwanesa ainda que de forma discriminatória, o movimento *Kominka* (1936-1945) estabelecia que a “imperialização” consistia em “niponizar” e integrar completamente a população de Taiwan à sociedade japonesa; através dele: a integração era defendida como o único meio de ascensão social (TSAI, 2009, p. 152-153). A estratégia de gradualismo anterior foi abandonada, então, em favor da rápida integração (LAI et al., 1991, p. 29).

Como nessa nova política, todos os movimentos pró-autonomia local foram banidos por definitivo pela administração colonial (KERR, 1975, p. 169-171). Além disso, houve a imposição de diversas medidas restritivas de “de-sinicização” da população ilhéu, entre elas: o banimento de colunas em língua chinesa em jornais locais, o fim das transmissões de rádio nos dialetos locais, o fim da proibição dos casamentos interracialis, o desencorajamento do uso de dialetos locais, o aumento da censura, o fechamento de templos chineses, banimento de práticas culturais locais e a proibição da população local de escutar as transmissões oriundas da China continental, etc. (ITO, 1994, p. 110; LAI et al., 1991, p. 26-29).

Ademais, com o objetivo de instigar o “espírito japonês” e promover o nacionalismo imperial, a administração colonial adotou inúmeras medidas, como: as campanhas para a popularização do uso de vestuários japoneses como o quimono; promoção do xintoísmo através

da construção de templos; a campanha de adoção voluntária de nomes japoneses e o estímulo ao uso do idioma japonês em ambientes privados; políticas de propagação de hábitos culturais, ideais e pensamento japoneses; ampliação do número de escolas, redução gradual das leis discriminatórias; incentivos econômicos através de *vouchers*; além de eventos públicos de educação cultural, especialmente em regiões mais isoladas, como áreas rurais (ITO, 1994, p. 110).

Um dos principais alvos do movimento *Kominka* foi o público jovem e durante esse período, especialmente no governo-geral de Hasegawa Kiyoshi (長谷川清 1940-1944). O antigo modelo segregacionista dos *kogakko* e *shogakko* foi abolido em favor da implementação das *kokumingakko* (國民學校), as “escolas nacionais”, que passaram a aceitar alunos de qualquer ascendência étnica. Em 1943, a presença de ilhéus em idade escolar passou a ser compulsória. Além disso, foram banidos o ensino do chinês e do uso de dialetos nas escolas, como aconteciam nas *kogakkos* (TSURUMI, 1977). Como resultado, a população alfabetizada em japonês passou de 29,7% em 1935 para 71% em 1944 (TSAI, 2009, p.155;). No entanto Lai et al. (1991 p. 35) destaca que, apesar da expansão da alfabetização, poucos absorveram os valores culturais japoneses, e aqueles que o fizeram estavam concentrados nos escalões de maior prestígio da sociedade. Em 1944, apenas 10% das famílias haviam adotado voluntariamente nomes japoneses (FONG, 2006, p. 174).

Durante esse período, a economia colonial sofreu profundas mudanças. Até meados da década de 30, as indústrias de Taiwan eram compostas basicamente por processamento de alimentos. Contudo, em virtude da guerra, diversos outros setores surgiram, como o de aço, químico, metal e maquinários, que eram voltados para a manufatura de munições. Além disso, a Taiwan Development Company¹⁸, também teve papel importante na exploração de recursos dos novos territórios conquistados pelo Japão na guerra. Houve uma franca expansão da mobilização de mão de obra e de matérias primas, além da realização de investimentos pesados em energia, infraestrutura voltada para a guerra e o racionamento de consumo privado (ITO, 1994, p. 111-114; LAI et al, 1991, p. 28).

Embora o alistamento de ilhéus não fosse compulsório até 1944, ele foi estimulado de forma voluntária ao decorrer da guerra. Em 1942 foi feita a primeira campanha para recrutamento facultativo para o exército imperial, que registrou 425 mil inscrições para apenas mil vagas. Em 1943, foram registradas cerca de 600 mil inscrições para apenas mil vagas (numa

¹⁸ 臺灣拓殖株式會社 (Taiwan Takushoku Kabushiki Kaisha)

população total de 5 milhões). Apenas a partir de 1945, com a proximidade do fim da guerra, o alistamento passou a ser compulsório. Ao final da Segunda Guerra, 207.183 ilhéus já haviam servido ao exército japonês, dentre os quais 30.304 morreram em combate e 26 militares foram condenados à morte por crimes contra a humanidade pelo tribunal da ONU (ITO, 1994, p. 114-155, TSAI, 2009, p. 164-166).

Em termos legais, em 1942, Taiwan, assim como os outros territórios exteriores tais como a Coréia e Karafuto¹⁹ (樺太), passou a jurisdição do Ministério dos Assuntos Coloniais²⁰ para o Ministério das Relações Interiores²¹, com o intuito de otimizar a administração imperial diante do avanço da guerra. Em 1944, a expansão norte-americana pela costa oeste do Pacífico elevou a importância de Taiwan como a primeira linha de defesa do império; nisso, o status de Taiwan foi elevado e incorporado ao Japão próprio, na condição de prefeitura. Em 1945, foram anunciadas eleições para a escolha de cinco representantes de Taiwan para a Dieta Imperial, além do fim do uso do sistema *Hoko*, e a eliminação do uso do termo “território exterior” (外地) em referência à ilha (ITO, 1994, p. 115; KERR, 1965, p. 35; TS’AI, 2006, p. 112).

Em vista do avanço da guerra e o temor à invasão americana a Taiwan após a tomada de Okinawa, a administração colonial passou a mobilizar todas as comunidades locais em tropas paramilitares voluntárias, fornecendo armas e treinamento rudimentar para resistir a uma possível invasão (LAI et al., 1991, p. 37). Entretanto, em 15 de agosto de 1945, o imperador Hirohito concordou em aceitar os termos da rendição incondicional do Japão demandados pelos países aliados durante a conferência de Potsdam em julho do mesmo ano através dos quais o Japão renunciava à soberania sobre todas as suas colônias, inclusive Taiwan, e ficava obrigado a proceder à sua “devolução” para a China (ITO, 1994, p. 122; TSAI, 2009, p. 173).

A rendição, no entanto, foi recebida com um grande desgosto pela elite colonial local, que conspirou contra a anexação pela China. Logo após o anúncio da rendição do Japão, Koo Chen-fu (辜振甫) se reuniu com os majores do exército imperial japonês Nakamiya Goro (中宮悟郎) e Makisawa Yoshio (牧澤義夫) para formularem o plano de independência de Taiwan, obtendo apoio de diversos membros da elite colonial como Ko Pi (許丙), e Lin Hsiung-yang (林熊祥). No entanto, a ideia foi rechaçada pelo governador Ando Rikichi (安藤利吉, 1944-

¹⁹ Karafuto foi o nome japonês dado a ilha Sakhalin, localizada no extremo leste da Sibéria, onde a metade sul da ilha foi colonizada pelo Japão entre o fim da guerra russo-japonesa em 1905 até o fim da segunda guerra mundial em 1945.

²⁰ 拓務省 (*Takumusho*)

²¹ 内務省 (*Naimusho*)

1945), que acatou as ordens de rendição de Tóquio, e o plano foi abortado. Posteriormente, a maioria dos participantes do complô viria a ser condenada a até dois anos de prisão pelo governo chinês, pelo crime de conspiração (ITO, 1994, p. 117-118).

V. O RETROCESSO E A REVOLTA DE 1947

Taiwan foi oficialmente cedido para a China em 25 de outubro de 1945, após a rendição do Japão, Chen Yi (陳義) foi nomeado o novo governador da província de Taiwan. A elite pró-autonomia de Taiwan cultivava grandes expectativas em relação à nova governança e à maior participação dos ilhéus na nova administração provincial. No entanto, uma série de incidentes acabou gerando as crescentes tensões entre os taiwaneses nativos, a população chinesa étnica já estabelecida em Taiwan antes do século XX, em relação aos chineses continentais, a população chinesa étnica que passou a imigrar para Taiwan a partir de 1945, que acabariam culminando na revolta de 1947 dos nativos contra o governo chinês.

A primeira medida do governador Chen foi em relação à nacionalidade dos residentes da nova província. Diferentemente de 1895, quando após a vitória japonesa sobre os Qing, o governo imperial concedeu o direito de escolha de nacionalidade, japonesa ou Qing por um período de dois anos, o governo nacionalista revogou incondicionalmente a nacionalidade japonesa de todos os residentes chineses étnicos, enquanto os cerca de 488 mil japoneses étnicos, incluindo 166 mil militares, foram sumariamente deportados (ITO, 1999, p. 118-119).

As barreiras linguísticas fomentaram a divisão “étnica” entre os continentais e os nativos. Enquanto grande parte dos burocratas continentais não possuía domínio do japonês ou a língua de Minnan, línguas utilizadas pelos nativos, os nativos tampouco dominavam o mandarim, fatores que causavam constantemente desentendimentos entre os dois grupos. Após apenas um ano, o governo provincial forçou o fechamento de todos os jornais em japonês de Taiwan (LAI et al., 1991, p. 93-95). A perceptível diferença cultural entre os nativos e os continentais levou posteriormente o governador Chen a designá-los com os termos *benshengren* (本省人, “natural da província”) e *waishengren* (外省人, “de fora da província”), termos análogos ao *hontojin* e *naichiji*, utilizados durante o período colonial.

Além disso, houve uma crescente percepção em relação à corrupção dos novos burocratas continentais em Taiwan. Durante o período, houve denúncias recorrentes de suborno e nepotismo na administração provincial (LAI et al., 1992, p. 73). Os bens e propriedades, públicas e privadas foram confiscados, totalizando cerca de 17% do PIB em 1946. No entanto,

parte desses bens foi vendida para o público privado, enquanto outra foi apropriada pelos burocratas continentais, contrabandeados e vendidos na China ilegalmente, ou incorporada aos ativos do KMT (ITO, 1999, p. 118-119; LAI et al., 1992, p. 71-73, 86-89).

O antigo aparato dos monopólios comerciais durante o período colonial foi mantido, permitindo à burocracia dominada por continentais controlar diretamente o comércio das principais commodities produzidas em Taiwan, que representavam 70% da produção agrícola e industrial da província. Contudo, os burocratas se apropriavam de parte das receitas ou desviavam parte da produção para que fosse vendida na China continental, onde a lucratividade era mais alta (KERR, 1965, p. 101-110; LAI et al. 1992, p. 75, 85-89).

A tensão entre os dois grupos também foi em grande parte influenciada pela crise econômica pós-guerra. A destruição de maior parte da infraestrutura de Taiwan, como portos, ferrovias e indústrias, em decorrência dos bombardeiros americanos, e o desmantelamento do império japonês interromperam o fornecimento de matérias primas. A política monetária expansiva, o fim da política de racionamento do consumo que vigorou em Taiwan durante a guerra, má gestão das empresas estatais e a intensificação da guerra civil na China continental, que desviou grandes somas de recursos para financiar a guerra, resultaram num processo de crescimento desenfreado da inflação, que em 1948 chegou a atingir 2.333% ao ano (CHO, 2002, p. 17; ITO, 1994, p. 130-131), além de contribuir para o surgimento de mercados negros, para a escassez de alimentos e para o aumento do contrabando.

Ademais, a crise contribuiu diretamente para altas taxas de desemprego. Devido à falta de recursos da administração provincial, houve uma redução drástica de cargos da burocracia, na qual grande parte dos nativos perderam os seus respectivos cargos. Ademais, o retorno de cerca de 100 mil nativos, entre estudantes que estavam no Japão e soldados que serviram ao exército japonês durante a guerra para Taiwan, somadas as demissões resultantes das destruições das fábricas, causou o aumento substancial do desemprego, que atingiu mais de 300 mil nativos (ITO, 1994, p. 131; LAI et al., 1992, p. 63-67).

Ito (1994, p. 126-129) ainda destaca que o aparato colonial japonês foi mantido pelo novo regime chinês. Após o fim da guerra, o governo chinês estabeleceu o “Escritório do Chefe do Executivo da Província de Taiwan” (臺灣省行政長官公署), no qual o governador da província detinha os poderes executivo, legislativo, judiciário e militar, os mesmos poderes dos governos militares japoneses. Devido ao caráter leninista de partido único do KMT, membros do partido oriundos da China, passaram a ocupar cargos, especialmente cargos de alto escalão, tanto do governo, quanto das empresas estatais, antes reservados para os japoneses, mantendo a exclusão da participação dos nativos na administração pública (ITO, 1994, p. 126-129).

As tensões culminaram numa revolta generalizada a partir da noite de 27 de fevereiro de 1947, quando um incidente de confisco de cigarros envolvendo agentes da secretaria de monopólio contra uma cidadã ilhéu, resultou na morte de um transeunte (LAI et al., 1992, p. 102-105; KERR, 1965, p. 254-261). No dia seguinte, uma multidão furiosa que se dirigiu para a sede do governo provincial, após destruírem uma das filiais das secretarias do monopólio, para protestar diretamente ao governador Chen, que foram recebidos a tiros, resultando em inúmeras mortes. No mesmo dia, os manifestantes tomaram a estação de rádio de Taipé e o incidente foi denunciado à população local. No dia primeiro de março, a rebelião já havia se estendido por toda a província (LAI et al., 1992, p. 105-110; TSAI, 2009, p. 176-177).

A rebelião teve fortes traços de influência colonial japonesa e algum caráter xenófobo. Inúmeros testemunhos revelados por Kerr (1965) e Lai et al. (1991, p. 105-106) indicam o caráter “sinofóbico” da revolta: “characters for ‘China’ (*Chung-kuo*)²² had been removed from signs on the China Hotel and the Bank of China, and a banner in Japanese appeared, reading ‘Down with Military Tyranny’”. Em outra passagem: “As the news of the incident spread, people in the streets began to use Japanese to question passersby. Mainlanders who did not know how to reply in Japanese were beaten and cursed with cries (in the Minnan dialect) of ‘Beat the a-shan!’²³ or ‘Kill the pigs!’ (tai di)²⁴. Learning of these attacks, Mainlanders began to flee the city... mobs of Taiwanese beating up and even killing Mainlanders who happened to emerge from the railway station or be strolling along the streets”. Posteriormente, o governo chinês justificou como uma das causas da rebelião a influência da educação “sórdida e maligna” japonesa que “envenenou” os nativos (LAI et al., 1992, p. 175).

Nos dias subsequentes, o Conselho do Município de Taipé organizou o “Comitê de Resolução” (處理委員會), que reuniu inúmeros representantes da sociedade civil, propondo mediar uma resolução, enquanto o governador Chen havia prometido que realizaria reformas políticas e não pedir reforços à China. Durante as negociações, o governo provincial possuía controle apenas das imediações das instalações militares, enquanto o comitê de facto mantinha controle da administração provincial. Em 7 de março, um comitê formado pelos rebelados

²² “Chung-kuo” é a romanização do termo “China” (中國) em wades-giles.

²³ “a-shan” (阿山) é um termo derogatório do taiwanês para se referir aos continentais. A origem do termo deriva-se do termo “Tang-shan” (唐山), usualmente usado para descrever imigrantes oriundos da China continental durante o período Qing em Taiwan.

²⁴ Termo “porco” foi outro termo derogatório para descrever os continentais. O termo deriva-se da expressão “os cães se vão, e os porcos veem” (狗去豬來), amplamente utilizada no pós-guerra, onde o termo “cão” se referia ao governo japonês descrito como feroz, porém capaz de manter a ordem, e “porco” se referia ao governo chinês, que não fazia nada além de dormir e comer.

enviou à sede do governo as “32 reivindicações” (三十二條處理大綱), que demandavam reformas políticas (como eleições locais e garantia dos direitos civis), econômicas e administrativas (maior autonomia). (ITO, 1994, p. 135; LAI et al., 1992, p. 99-121)

No entanto, no dia 6 de março, enquanto negociava com o comitê, o governador Chen requisitou secretamente reforços da China. Entre os dias 8 e 9 de março, a China enviou 13 mil soldados a Taiwan. Durante o período de duas semanas, o exército nacionalista reprimiu violentamente a rebelião, executando inúmeros envolvidos e suspeitos de participação. Além disso, inúmeros intelectuais, como vereadores, professores, advogados, médicos e jornalistas, classificados como potenciais formadores de grupos de oposição, como Lin Mao-sheng (林茂生), Chang Chi-lung (張七郎) e Tang Te-chang (湯德章) foram executados, iniciando assim, uma eliminação sistemática de potenciais opositores. Ao final de março, a revolta já tinha resultado na morte de 18 a 28 mil pessoas; inúmeros suspeitos foram detidos, jornais fechados e inúmeros ilhéus forçados ao exílio (ITO, 1994, p. 138-144 KERR, 1965, p. 291-307; LAI; MYERS; WOU, 1965, p. 121-135).

A repressão se intensificaria ainda mais após a transferência “temporária” do governo central da República da China de Nanquim para Taipé em 1949, após a derrota do KMT para os comunistas na guerra civil. Taiwan passou a se tornar a base de Chiang Kai-shek para reconquistar a China continental, desejo que almejou até a expulsão do República da China da ONU em 1971. Entre 1948 e 1987, Taiwan esteve sob lei marcial sob a ditadura de partido único do KMT. Durante esse período, diversos grupos pró-independência se mobilizaram no exterior, inicialmente concentrados no Japão durante as décadas de 50 e 60, e posteriormente, passaram a se concentrar também nos EUA, entre a década de 70 e 80. Após o fim da lei marcial e concessão de anistia aos dissidentes políticos, esses ativistas passaram promover a independência *de jure* de Taiwan por meio de bases legais, através do DPP.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cinquenta anos de colonização japonesa resultaram em profundas transformações sociais, culturais e econômicas em Taiwan. Durante o período, Taiwan sofreu um processo de transição de uma sociedade semi-feudal para a formação de uma sociedade relativamente moderna alinhada à metrópole japonesa. Ao mesmo tempo em que o governo colonial impediu o fortalecimento de movimentos políticos que reivindicavam a igualdade racial e autonomia política, também conduziu uma tentativa de integração assimilatória gradual. Diferentemente

de outras experiências coloniais como a coreana, a falta de resistência armada local possibilitou a formação de uma classe política de oposição local pró-autonomia e contrário ao modelo de discriminação racial.

A resistência contra as políticas de assimilação durante o período colonial é destacada por inúmeros autores como um dos fatores determinantes para a formação da “identidade nacional taiwanesa” distinta da chinesa. De acordo com autores como Kerr (1975) e Tsai (2009), durante este período, houve um certo “conflito de identidades” entre a população de Taiwan, dívida entre China e Japão. Liao (2006), destaca que a tentativa de resistir à assimilação, a filiação cultural taiwanesa ficou dividida entre a China e o Japão, fato que resultou numa identidade híbrida (cultural, étnica e nacionalmente) levando a formação da “identidade taiwanesa” própria. Enquanto Ito (1994) destaca que Taiwan possui um histórico de opressão por regimes coloniais (incluindo a chinesa) e resistência por parte da população taiwanesa. O autor identifica o surgimento da “consciência nacional taiwanesa” durante os primeiros anos da colonização japonesa e a maturação e o início dos movimentos de independência de Taiwan após a rebelião de 1947.

O isolamento de Taiwan em relação a China e a influência demasiada de ideais liberais japoneses, especialmente da classe média colonial, durante o período colonial tiveram um papel importante para a “idealização” e a “romantização” da China como pátria mãe. No entanto, a confrontação entre a “idealização” da China das elites locais com a realidade totalitária do regime nacionalista chinês levou à desilusão em relação ao retorno do domínio chinês após o fim da segunda guerra, fato que desencadeou a revolta de 1947. A violenta repressão nesse ano foi o ponto chave que resultou na desilusão dos nativos em relação aos continentais e desencadeou o início dos movimentos de independência.

O argumento do “choque de realidades” é apontado por Lai et al. (1991, p. 168-171) como a principal razão para a revolta de 1947. Os autores justificam que a experiência de Taiwan durante o período colonial levou os nativos a adotarem uma visão de mundo que coincidiu com o pensamento japonês prevalecente, provocando um choque com a visão de mundo dos continentais. Os nativos tinham a expectativa de que os continentais pudessem estabelecer uma administração estável politicamente e eficiente administrativamente, bem como democrática. No entanto, o desprezo por parte do KMT, a exploração econômica de Taiwan, a falta de habilidade política para lidar com e cooptar os diferentes grupos políticos da sociedade local, além da insistência de realizar a democratização de forma gradual e de acordo com os ideais da ética de Confúcio e de oposição ao comunismo, foram fatores que elevaram substancialmente as tensões entre os dois grupos, resultando na revolta.

A legitimação, ou não, do legado colonial japonês é também um importante argumento na narrativa pró-independência. Durante o período da lei marcial, o legado colonial fora descrito nos currículos escolares como “ocupação japonesa” (日劇); enfatizava-se a resistência contra a colonização e a “libertação” após o fim da guerra. No entanto, a partir dos anos 2000, o legado passou a ser um dos temas de disputas ideológicas travadas pelo KMT e o DPP: enquanto o KMT mantinha o currículo baseada na interpretação nacionalista, o DPP denominava o período como “governo japonês” (日治) e descrevia os benefícios do período ao invés de apenas narrar seu lado negativo. A legitimação do legado colonial é crucial para deslegitimar a autoridade do governo da República da China em Taiwan, e justificar a narrativa da suposta identidade nacional taiwanesa independente.

A colonização japonesa, a resistência contra a assimilação colonial e a violenta repressão em 1947 foi, portanto, fator determinante para a rejeição dos taiwaneses em relação à identidade chinesa. O traumático “regresso” de Taiwan à China, alterou a percepção dos nativos em relação ao período colonial, que passou a ser destacado de forma positiva e a narrativa “romantizada” desse período passou a ser crucial para legitimar o discurso da “identidade nacional taiwanesa” distinta da chinesa e rejeição a unificação com a RPC. Enquanto os movimentos de independência de Taiwan persistirem, a interpretação do legado colonial será um dos pontos de tensão não só com os continentais em Taiwan, mas também nas relações entre Taiwan e a RPC.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPBELL, William. **Formosa Under the Dutch: Described from Contemporary Records, With Explanatory Notes and a Bibliography of the Island**. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co. Ltd, 1903.

CENTRAL NEWS AGENCY (CNA). CHINA has higher favorable than unfavorable rating in Taiwan: poll. **Taiwan News**, Taipé, 17 de junho de 2017.

CHEN, Edward I-te. Formosan Political Movements Under Japanese Colonial Rule, 1914-1937. **The Journal of Asian Studies**, Cambridge: 1 (3), p. 477-497, 1972.

_____. Japan’s Decision to Annex Taiwan: A Study of Ito-Mutsu Diplomacy, 1894-95. **The Journal of Asian Studies**, Cambridge: 37 (1), p. 61-72, 1977.

_____. The Attempt to Integrate the Empire: Legal Perspectives. In: MYERS. Ramon H. (ORG); PEATTIE, Mark R. (ORG). **The Japanese Colonial Empire, 1895-1945**. Princeton, NJ: Princeton University Press, p. 240-274, 1984.

China Central Television (CCTV). 國台辦：島內極少數“台獨”分子不斷“謀獨”挑釁他們的圖謀不會得逞 [Taiwan Affairs Office: As Provocações da Minoria “Secessionista de Taiwan” da Ilha que ainda “Buscam a Independência” não serão Bem-sucedidos em seus Planos]. **CCTV.com News**, 22 de junho de 2020.

FONG, Shiaw-Chian. Hegemony and Identity in the Colonial Experience of Taiwan, 1895-1945. In: LIAO, Ping-hui (Org); WANG, David Der-wei (Org). **Taiwan Under Japanese Colonial Rule, 1895-1945: History, Culture, Memory**. New York: Columbia University Press, p. 160-184, 2006.

FUJII, Shozo. The Formation of Taiwanese Identity and the Cultural Policy of Various Outside Regimes. In: LIAO, Ping-hui (Org); WANG, David Der-wei (Org). **Taiwan Under Japanese Colonial Rule, 1895-1945: History, Culture, Memory**. New York: Columbia University Press, p. 160-184, 2006.

HUANG, Hsiu-cheng (黃秀政); CHANG, Sheng-yan (張勝彥); WU, Wen-hsing. (吳文星). **台灣史 [História de Taiwan]**. Taipé, Wu-Nan Book Inc., 2002.

ITO, Kiyoshi. (伊藤潔). **台灣四百年歷史與展望 [Quatrocentos Anos de História e Perspectivas de Taiwan]**. Taipé, Hsin Yuan-tung, 1994.

KERR, George H. **Formosa Betrayed**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1965.

_____. **Formosa: Licensed Revolution and the Home Rule Movement, 1895-1945**. Honolulu: Honolulu, University of Hawaii Press, 1974.

KO, Wen-jeh. Taipei’s Fiery New Mayor Knows Whose Culture Is Best. [Entrevista concedida a Tsoi, Grace]. **Foreign Policy**, 29 de janeiro de 2015.

LAI, Tse-Han, MYERS, Ramon H., WEI, Wou. **A Tragic Beginning: The Taiwan Uprising of February 28, 1947**. Redwood, Stanford University Press, 1991.

LEE, Teng-hui. 李登輝同日本作家司馬遼太郎談《生為台灣人的悲哀》（摘要） [Lee Teng-hui conversar com o escritor Shiba Ryotaro]. [Entrevista concedida a Shiba, Ryotaro]. **Liberty Times Net**, Taipé, 22 de agosto de 2015.

LIBERTY TIMES NET (LTN). 連戰急了 罵柯 P 渾蛋 [Lien Chan xinga Ko Wen-je de canalha]. **Liberty Times Net**, 17 de Novembro de 2014.

_____. 連戰急罵「混蛋」 柯文哲深呼吸：阿彌陀佛 [Lien Chan chinga de bastardo, Ke Wen-je respira fundo e responde Amitabha]. **Liberty Times Net**, 17 de Novembro de 2014.

_____. 看 8 分鐘影片了解 李登輝為何說「日本祖國」 [Assista ao vídeo de 8 minutos para entender por que Lee Teng-hui disse "Japão Pátria-Mãe"]. **Liberty Times Net**, 7 de Setembro de 2015.

LIAO, PING-HUI. Taiwan under Japanese Colonial Rule, 1895–1945: History, Culture, Memory. In: LIAO, Ping-hui (Org); WANG, David Der-wei (Org). **Taiwan Under Japanese**

Colonial Rule, 1895-1945: History, Culture, Memory. New York: Columbia University Press, p. 1–16, 2006.

MURAOKA, Teruzo. Colonization and NIEs' lization of Taiwan's Economy Blending with Japan's Globalization: A Global Perspective. In: CHOW, Peter C.Y. (ORG). **Taiwan in the Global Economy: From an Agrarian Economy to an Exporter of High-Tech Products**. Santa Barbara: Praeger Publisher, 2002, p. 223-240.

PEW RESEARCH CENTER. How Asians View Each Other. **Pew Research Center**, 2014. Disponível em <https://www.pewresearch.org/global/2014/07/14/chapter-4-how-asians-view-each-other/>. Acessado em 14 de março de 2020.

PEOPLE'S DAILY (PD). 大陸不歡迎“綠色台商” [“Empresários Taiwaneses Verdes” não são bem-vindos]. **People's Daily News**, Pequim, 31 de maio de 2004.

_____. 許文龍：台灣大陸同屬一個中國 [Hsu Wen-lung: Taiwan e a China continental pertencem a uma só China]. **People's Daily News**, Pequim, 28 de março de 2005. TAIWAN OFFICE AFFAIRS (TAO). The Taiwan Question and Reunification of China. **TAIWAN OFFICE AFFAIRS**, Pequim, agosto de 1993.

_____. 龍明彪副主任在第三屆中華民族抗日戰爭史與抗戰精神傳承研討會上的致辭 [Discurso do vice-diretor Long Mingbiao no III Seminário de História da Guerra Anti-Japonesa da *Zhonghua Minzu* e do Espírito de Guerra Anti-Japonesa]. **TAIWAN OFFICE AFFAIRS**, Pequim, 20 de agosto de 2019.

TAKEKOSHI, Yosaburo; GOTO, Shinpei. **Japanese Rule in Formosa**. London, Longmans Green and Co., 1907.

TSAI, Henry S.S.. **Maritime Taiwan**. New York, M.E. Sharpe, 2009.

TS'AI, Hui-Yu Caroline. Shaping Administration in Colonial Taiwan, 1895-1945. In: LIAO, Ping-hui (Org); WANG, David Der-wei (Org). **Taiwan Under Japanese Colonial Rule, 1895-1945: History, Culture, Memory**. New York: Columbia University Press, p. 160-184, 2006.

TSURUMI, E. Patricia. Education and Assimilation in Taiwan under Japanese Rule, 1895—1945. **Modern Asian Studies**. 13, 1979, p. 617-641.

WATCHMAN, Alan. **Why Taiwan? Geostrategic Rationales for China's Territorial Integrity**. Redwood, Stanford University Press, 2007.

Recebido em: março/2021.

Aprovado em: novembro/2021.